



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**  
**Coordenadoria Estadual em Pernambuco**

Rua Cônego Barata, 999, - Bairro Tamarineira, Recife/PE, CEP 52.110-120  
Telefones: (85) 3391-5100 - <https://www.gov.br/dnocs>

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 92/2026**

Processo nº 59403.000089/2026-61

**Unidade Gestora:** COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS EM PERNAMBUCO - CEST/PE.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,  
POR INTERMÉDIO DO DNOCS E A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CUSTÓDIA, EM PERNAMBUCO, PARA  
OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – DNOCS**, entidade Autárquica Federal, criada pela Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, alterada pela Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, através da **COORDENADORIA ESTADUAL DO DNOCS EM PERNAMBUCO (CEST-PE)**, CGC nº 00.043.711/0006-58, com sede na Rua Cônego Barata nº 999, bairro da Tamarineira, na cidade do Recife/PE, CEP 52.110-120, doravante dominando simplesmente **DNOCS**, neste ato representado por seu Coordenador Estadual do DNOCS em Pernambuco, o Sr. **MARCANTONIO DOURADO**, brasileiro, casado, Biomédico, residente e domiciliado na cidade de Lajedo/PE, portador da Cédula de Identidade nº 832.735 – SSP/PE e CPF nº 095.505.854-68; e a Prefeitura Municipal de Custódia/PE representada pelo Sr. **MANOEL MESSIAS DE SOUZA**, RG nº 321478654 SSP/SP, CPF nº 252.543.718-70, residente e domiciliado na TR Francisco de Sales Tine, n. 00028 - casa - Matadouro- CEP:56640-000 - Custódia/PE.

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, tendo em vista o que consta do Processo n. 59403.000089/2026-61 e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 2021, do Decreto nº 11.531, de 2023, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é a execução de colaboração mútua entre o **DNOCS** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUSTÓDIA/PE** para cooperação técnica de acordo com Plano de Trabalho aprovado pelo **DNOCS**, a ser executado no Município de , conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho em anexo.

**2. CLAUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes buscarão seguir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante do presente Acordo de Cooperação, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS**

3.1. Constituem obrigações comuns de ambos os partícipes:

- a) elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;
- b) executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- c) responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da

execução deste Acordo;

d) analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;

e) cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;

f) realizar vistorias em conjunto, quando necessário;

g) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;

h) permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;

i) fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;

j) manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527/2011-Lei de Acesso à Informação – LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;

k) Observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo; e

l) obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

**Subcláusula única:** As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES 1**

4.1. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da (o): **DNOCS**

4.1.1. Entregar a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUSTÓDIA/PE**, mediante termo de recebimento, o equipamento a seguir relacionado, cuja utilização é restrita ao previsto no plano de trabalho;

4.1.2. **Uma (01) Retroescavadeira, SIADS/BM:23046286, CHASSI:XUG00870ATPA00198; MARCA: XCMG**

4.1.3. Monitorar e avaliar o cumprimento do objeto do presente Acordo;

4.1.4. Retomar os bens recebidos pela prefeitura, caso não sejam utilizados em conformidade com o estabelecido neste Acordo de Cooperação.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO PARTÍCIPE 2**

5.1. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da (o): **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUSTÓDIA/PE**

5.1.1. Fornecer os demais materiais e acessórios, necessários a execução das metas previstas no Plano de Trabalho;

5.1.2. Arcar com as despesas referentes à mão de obra e insumos necessários para a execução do objeto;

5.1.3. Arcar com as despesas referentes à mão de obra e insumos necessários para a execução do objeto;

5.1.4. Responsabilizar-se pela guarda, operação e manutenção do bem recebido em decorrência deste Acordo de Cooperação;

5.1.5. Zelar pela integridade do bem disponibilizado pelo **DNOCS**, relacionados na cláusula terceira do presente instrumento, conservando-os em perfeito estado de uso, não podendo lhe dar destinação diversa da prevista no plano de trabalho;

5.1.6. Devolver o bem recebido em perfeitas condições, ressalvadas as deteriorações ou desgastes naturais do uso regular, tanto na hipótese de término do prazo fixado na cláusula nona, como no caso de rescisão antecipada do acordo;

5.1.7. **A PREFEITURA** devolverá os bens no local onde foi originalmente retirado, dentro do prazo de 10 (dez) dias após o término deste acordo;

5.1.8. Encaminhar inventário dos bens/materiais em consonância com os procedimentos estabelecidos pelo Setor de Patrimônio de Bens do **DNOCS**;

5.1.9. Em caso de perda, a qualquer título, ou dano aos bens recebidos, ressarcir ao **DNOCS** pelos prejuízos causados, podendo, a critério do **DNOCS**, tal reposição ser realizada por bens de igual valor, espécie, qualidade e quantidade;

5.1.10. Arcar com toda e qualquer despesa necessária ao bom funcionamento do bem, tais como recuperação, manutenção, conservação, transporte e seguro ou quaisquer outras que venham a incidir sobre os mesmos, bem como os danos porventura causados por seus agentes;

5.1.11. Fornecer todas as informações solicitadas pelo **DNOCS** com relação ao desenvolvimento das atividades programadas no Plano de Trabalho e realizadas com os equipamentos disponibilizados;

5.1.12. Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno, Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União, aos documentos e às informações relacionadas ao acordo de cooperação, bem como aos locais de execução do respectivo objeto pactuado, a qualquer tempo, independente de prévia comunicação;

5.1.13. Responder por todas as despesas concernentes a pagamentos de impostos, taxas ou quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre os bens durante a vigência do Acordo;

5.1.14. Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente acordo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do **DNOCS** a inadimplência do Município em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

5.1.15. Providenciar todas as licenças, outorgas e a implementação de quaisquer outras condições porventura exigidas pelos órgãos municipais, estaduais e federais para a execução do objeto da parceria, observando a legislação aplicável;

5.1.16. **A PREFEITURA** se obriga a utilizar o bem utilizando servidor capacitado para condução do veículo de acordo a exigência da legislação vigente do DETRAN e CONTRAN.

5.1.17. Apresentar ao **DNOCS** relatórios conforme estipulado no Plano de Trabalho

## **6. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS**

6.1. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

**Subcláusula primeira:** As ações que implicarem repasse de recursos serão viabilizadas por intermédio de instrumento específico.

**Subcláusula segunda:** Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

## **7. CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E VIGÊNCIA**

7.1. O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será de 12 meses a partir da publicação na página do site oficial da Administração Pública na internet, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

## **8. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

8.1. O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde

que mantido o seu objeto.

## 9. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ENCERRAMENTO

9.1. O presente acordo de cooperação técnica será extinto:

- a) por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- b) por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 dias;
- c) por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- d) por rescisão.
- e) por doação.

**Subcláusula primeira:** Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

**Subcláusula segunda:** Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos partícipes.

9.1.1. **A PREFEITURA** obriga-se a restituir ao **DNOCS** os bens recebidos, quando expirada a vigência ou rescindido o presente Acordo, em perfeito estado de conservação, funcionamento e uso, sem que lhe assista o direito a qualquer indenização.

9.1.2. **A PREFEITURA** devolverá os equipamentos no local onde foram originalmente retirados, dentro do prazo de 10 (dez) dias após o término deste Acordo.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 dias, nas seguintes situações:

- a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação; e
- b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1. Os PARTÍCIPIES deverão publicar o Acordo de Cooperação Técnica na página do sítio oficial da Administração Pública na internet.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

12.1. A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Acordo de Cooperação Técnica deverá possuir caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

13.1. Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 30 dias após o encerramento.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

15.1. Na hipótese de haver divergências, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo, os partícipes solicitarão à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, a avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação.

**Subcláusula única.** Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica o as partes elegendem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

15.2. E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos representantes dos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Recife, de de 2026

**MARCANTONIO DOURADO**  
**COORDENADOR ESTADUAL DO DNOCS EM PERNAMBUCO**

**MANOEL MESSIAS DE SOUZA**  
**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA/PE**  
**CNPJ: 11.358.165/0001-56**



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL MESSIAS DE SOUZA, Usuário Externo**, em 20/03/2026, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcantonio Dourado, Coordenador Estadual em Pernambuco**, em 23/03/2026, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2115381** e o código CRC **C94289FC**.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS  
SECAS COORDENADORIA ESTADUAL EM PERNAMBUCO.**

**1 - DADOS CADASTRAIS**

Entidade <b>Proponente:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE CUSTODIA		CNPJ:11.358.165/0001-56	
Endereço:TRAVESSA HELENO ALEIXO 132, 1º ANDAR CENTRO			
Cidade:CUSTODIA	U.F.PE	CEP:56640-000	DDD/telefone 3848-1122
Prefeito(a):MANOEL MESSIAS DE SOUZA		CPF: 252.543.718-70	
C.I./Órgão Expedidor SSP/SP		<b>E-mail:</b> prefeituramunicipaldecustodia2@gmail.com	
Endereço: RUA FRANCISCO SALES TINE, Nº28, MATADOURO			

**2- OUTROS PARTÍCIPIES**

Órgãos: Departamento Nacional de Obras Contra Seca	CNPJ: 00.043.711/0006-58		
Endereço: R. Cônego Barata, 999 - Tamarineira			
Cidade: Recife	U.F.: PE	CEP: 52.110-120	
Nome do Responsável: Marcantonio Dourado			
Esfera Administrativa: Federal	Cargo: Coordenador Estadual do DNOCS em Pernambuco		

**3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO**

<b>Título do Projeto:</b> Fortalecimento e desenvolvimento do Município por Meio da Aquisição de Máquina.	Período de Execução	
	Início 26/02/2026	Término 26/02/2027
<b>Identificação do Objeto:</b> Uma Máquina Retroescavadeira		

### **Justificativa da Proposição**

O Município de Custódia enfrenta demandas constantes na manutenção da infraestrutura em especial na zona rural, nos serviços de escavação, recuperação de estradas vicinais e apoio a obras públicas, sendo o maquinário atual insuficiente para atender com eficiência e agilidade às necessidades da população; assim, a aquisição de uma retroescavadeira torna-se fundamental para otimizar recursos, ampliar a capacidade operacional do município e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

### **Obrigações dos Partícipes**

**O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS** compromete-se a formalizar a entrega da retroescavadeira ao Município de Custódia-PE em condições adequadas de funcionamento, fornecendo toda a documentação pertinente ao equipamento e acompanhando, quando necessário, a correta destinação e utilização do bem, adotando as medidas administrativas cabíveis caso haja desvio de finalidade ou descumprimento das condições estabelecidas.

**O Município de Custódia-PE**, por sua vez, compromete-se a utilizar a retroescavadeira exclusivamente em atividades de interesse público, dando prioridade às ações de manutenção e recuperação de estradas vicinais e demais serviços na zona rural. O Município será responsável pela guarda, conservação, operação e manutenção do equipamento, incluindo despesas com combustível, operador e eventuais reparos, e não poderá ceder, transferir ou dar destinação diversa ao equipamento sem a devida autorização do DNOCS. Além disso, deverá permitir a fiscalização por parte do DNOCS e dos órgãos de controle, mantendo registro das atividades realizadas com a retroescavadeira sempre que exigido.

#### 4- LOCALIDADES BENEFICIADAS

RELAÇÃO DAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO				
LOCALIDADE	UNID.	QUANT.	FAMÍLIAS ATENDIDAS	HAB.
Samambaia	Estradas vicinais / Comunidade rural	5	80	500
Quitimbu	Estradas vicinais / Comunidade rural	15	200	1600
Lagoa da Onça	Estradas vicinais / Comunidade rural	5	80	400
Caiçara	Estradas vicinais / Comunidade rural	10	100	500
Maravilha	Estradas vicinais / Comunidade rural	15	400	2000
Ingá	Estradas vicinais / Comunidade rural	5	80	600
Mata Verde	Estradas vicinais / Comunidade rural	5	70	500
TOTAIS				

#### 5- METAS A SEREM ATINGIDAS

Meta (mensuráveis)	12 MESES	NEXO	DESCRIÇÃO DAS METAS	INDICADORES
<b>Recuperação de estradas vicinais</b>	12 meses	Infraestrutura rural / mobilidade	Recuperar e manter pelo menos <b>60 km de estradas vicinais</b> nas localidades rurais de Quitimbu, Maravilha, Samambaia, Lagoa da Onça, Caiçara, Ingá e Mata Verde, garantindo acesso seguro a transporte escolar, mercadorias e serviços	Km de estrada recuperada

<b>Melhoria da mobilidade rural</b>	12 meses	Qualidade de vida	Reduzir o tempo de deslocamento entre comunidades e sede municipal em até <b>30%</b> , facilitando transporte escolar, acesso a saúde e escoamento da produção.	Pesquisa de tempo de deslocamento antes e depois da intervenção / depoimentos da população.
<b>Atendimento às famílias rurais</b>	12 meses	Inclusão social	Beneficiar muitas <b>famílias</b> com acesso a estradas melhores e seguras.	Certificados de treinamento / lista de presença
<b>Manutenção preventiva e conservação das estradas</b>	12 meses	Sustentabilidade	Implementar plano de manutenção periódica das estradas recuperadas, garantindo uso contínuo da retroescavadeira e prolongando a vida útil das vias.	Plano de manutenção implementado / relatórios mensais de operação e conservação

## 6 - ETAPAS DE EXECUÇÃO

FASE/ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	INÍCIO	TÉRMINO
DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS			
	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Envio de Solicitação ao DNOCS</li> <li>2. Envio de Documentação do Solicitante</li> <li>3. Cadastro e Regularidade do Solicitante</li> <li>4. Assinatura do Acordo de Cooperação</li> <li>5. Assinatura do Termo de Entrega e Recebimento</li> <li>6. Entrega e Recebimento</li> <li>7. Executar os serviços disponibilizados</li> </ol>	26/02/2026	+ 360 DIAS

## 7 - DO PRAZO

*O que constar no acordo de cooperação técnica.*

## 8 - DIAGNÓSTICO/ABRANGÊNCIA

### - DIAGNÓSTICO:

A zona rural do Município de Custódia-PE apresenta estradas vicinais em condições precárias, dificultando o acesso de moradores a escolas, unidades de saúde, mercados e áreas de produção agrícola. A falta de manutenção das vias compromete a mobilidade, o transporte escolar, o escoamento da produção rural e a prestação de serviços essenciais, impactando diretamente a qualidade de vida da população. A retroescavadeira disponibilizada pelo DNOCS permitirá a recuperação, conservação e manutenção dessas vias, promovendo melhor infraestrutura e acessibilidade para as comunidades rurais.

### - ABRANGÊNCIA:

O projeto abrangerá as localidades rurais de **Quitimbu, Maravilha, Samambaia, Lagoa da Onça, Caiçara, Ingá e Mata Verde**, beneficiando aproximadamente **1.375 famílias** (estimativa de 5.100 habitantes). A atuação será prioritariamente nas estradas vicinais que ligam essas localidades à sede municipal e entre si, garantindo circulação segura de pessoas, transporte escolar e escoamento da produção agrícola local.

## 9 - PLANO DE APLICAÇÃO

Não há plano de aplicação de recursos financeiros, por se tratar de cooperação que envolve exclusivamente a disponibilização de equipamento permanente (retroescavadeira) para uso nas localidades rurais do município.

## 10 - CONTRAPARTIDA

Não há contrapartida.

## 11 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Não há cronograma de desembolso.

## 12 - DECLARAÇÃO

O Município de Custódia-PE, por meio de seu representante legal, declara estar ciente e de acordo com os termos do presente instrumento de cooperação, comprometendo-se a utilizar a retroescavadeira atendendo às finalidades previstas no projeto, garantindo a conservação, operação segura e manutenção do equipamento. Declara, ainda, que **não há repasse de recursos financeiros, nem contrapartida.**

O **Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS**, por seu representante legal, declara estar de acordo com a cessão do equipamento e se compromete a acompanhar a correta utilização da retroescavadeira, conforme as condições estabelecidas neste instrumento.



**Prefeito**